

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário



039ª COSMAM 19NOV2024

Pauta: Construção das 12 Unidades de Saúde – US Santo Alfredo (Partenon), CF Glória, US Planalto (Norte), US Esmeralda (Lomba do Pinheiro), US Quinta Portal (Lomba do Pinheiro), CF Porto dos Casais (Ponta Grossa), US Lomba do Pinheiro (Lomba Pinheiro), CF José Mauro Ceratti (Vila Castelo-Restinga), US Assis Brasil(Norte), US Maria da Conceição (Vila Conceição), CF Beco do Adelar (Belém), US Leopoldina e US Coinma (Norte), em Porto Alegre, e as reformas dos PAs Lomba do Pinheiro e Bom Jesus.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. A pauta desta reunião, indicada pelo Ver. Aldacir Oliboni, é sobre a construção dos postos de saúde. Estão presentes os vereadores: Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Tanise Sabino e Ramiro Rosário. De imediato, eu chamo, para compor a mesa: o Dr. Favio Telis, diretor da Departamento de Atenção Ambulatorial Hospitalar e de Urgências – DAAHU, da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, de Porto Alegre;; Sr. Glênio Bohrer, diretor de capacitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos; Sr. Jorge André Carrion, diretor de planejamento orçamentário; Sr. Rafael Abech Dias, membro da Comissão Especial de Direito à Saúde e da Comissão Especial de Legislação

da OAB; Sra. Bonnie do Nascimento Pinto, gerente de projetos da UPA Lomba do Pinheiro; Sra. Maria Eliane Silva, coordenadora do conselho local da UBS Ponta Grossa; Sra. Eveline Rodrigues, enfermeira e diretora-adjunta da direção primária da Secretaria Municipal da Saúde; Sra. Josiane Gasperin, engenheira e coordenadora da infraestrutura da secretaria da saúde; Sra. Márcia Rosana Cabral Bento, promotora de justiça dos direitos humanos; e Sr. Waldir Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde. Como o Dr. Favio Telis tem um compromisso na secretaria da saúde, daremos a prioridade de fala a ele para que faça uso da palavra. Passo a palavra ao proponente, Ver. Aldacir Oliboni, que vai fazer a explanação do que foi pautado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia a todos, sejam bem-vindos à Comissão de Saúde e Meio Ambiente; esta reunião de hoje está sendo transmitida ao vivo para os nossos porto-alegrenses; saúdo a presidenta da comissão, Ver.^a Lourdes; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver. Ramiro Rosário, Ver.^a Cláudia Araújo, e temos também na nossa comissão a Ver.^a Mônica Leal; saúdo aqui nossos convidados, dizendo da importância desta reunião. Nós estamos já há três anos pautando este assunto, que são a construção de dez unidades de saúde, prometidas pelo governo; a parcerização feita ou contratualização com o GHC onde tem um desacordo, mas esperamos que isso seja resolvido a partir da peça orçamentária deste ano para o próximo ano, da construção das unidades de saúde Leopoldina e Coinma, e mais precisamente a conclusão ou não, ou por que uma delas foi paralisada, dos dois PAs, pronto atendimentos, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus. Portanto, não é um assunto desconhecido, e muito conhecido e debatido por nós e pelos conselhos distritais, como também das comunidades, que, por sua vez, cobram sim uma ação do poder público, e, queira ou não, neste ano que nós circulamos muito mais de outros em função da própria eleição, é um tema recorrente de cobrança, tanto para os vereadores, vereadoras, quanto para o governo. Não é nada pessoal, é algo que a comunidade está cobrando e que nós, como agentes políticos, temos que fazer a nossa parte. Portanto estamos cobrando sim do poder público

municipal uma manifestação com relação às seguintes unidades: Unidade de Saúde Santo Alfredo, que fica na região leste de Porto Alegre, Partenon, há uma promessa, há terreno, há toda uma situação de anos que vem se prolongando e que não há uma decisão política do governo ou, se existe, importante citar ela aqui para poder então interagir com a sociedade; Clínica da Família Glória, houve uma mudança ali de gestão, nós queremos saber como está a construção, a comissão de saúde inclusive visitou o terreno, tem conhecimento de causa sobre o tema; Unidade de Saúde Planalto, no Paço das Pedras, Zona Norte, também, como está; Unidade de Saúde Esmeralda, na Lomba do Pinheiro, me parece que hoje está sendo atendido num contêiner, a três ou quatro quilômetros do local, há uma enorme dificuldade de transporte, dia de chuva, quanto tempo vai durar isso; Unidade de Saúde Quinta do Portal, também na Lomba do Pinheiro, uma situação semelhante; Clínica da Família Porto dos Casais, lá na Ponta Grossa, Extremo-Sul, qual a situação; Unidade de Saúde Lomba do Pinheiro, do PA e PDA-12 Lomba do Pinheiro, que também faz parte da região leste ali na Parada 12; Clínica da Família José Mauro Ceratti, na Vila Castelo, lá na Restinga; Unidade de Saúde Assis Brasil, lá no Sarandi, região norte; aqui nós temos o detalhe de que todas elas, com duas, três ou quatro equipes, mas o que importa agora é saber como está o processo de construção; a Unidade de Saúde Assis Brasil, no Sarandi, Zona Norte; Unidade de Saúde Conceição, aqui na região leste, Partenon, existe terreno também disponível já há muitos anos; a clínica de família Beco do Adelar, Aberta dos Morros, na Zona Sul de Porto Alegre. E depois nós temos a Unidade de Saúde Leopoldina e Coinma que é, sim, mais uma novela que se instalou aí entre o poder público e o GHC – Grupo Hospitalar Conceição. Nós fizemos aqui várias audiências públicas, reuniões onde houve inclusive, eu diria a complementação do que estava sendo cobrado do GHC, onde apresentaram os projetos, mas aí houve uma discordância do recurso destinado. Essas duas unidades que devem ser construídas no GHC são de uma dívida contraída, o poder público deve um recurso para o GHC e, na hora de fazer a execução ou a licitação dos projetos ora apresentados, não houve acordo. Eu estava no Ministério Público junto com a Dra. Márcia, e o

governo disse que só tinha R\$ 5 milhões disponíveis para iniciar a licitação ou os projetos; nós sabemos que esses dois projetos destinam mais de R\$ 20 milhões. Neste momento, está acontecendo na Câmara a apresentação de emendas ou retificações para o orçamento do próximo ano, e esse é o grande motivo da nossa reunião. Se o governo ainda não destinou determinados recursos para tais, agora é o momento. Não há desculpa de o ano que vem, e eu vou pautar novamente o ano que vem esse assunto, de que não foi possível colocar na peça orçamentária. Nós queremos saber do governo se, de fato, esse recurso foi destinado para a construção dessas unidades. Já as outras dez que eu fiz a leitura, segundo o governo, desde o secretário anterior, Sparta, ele disse que tinha a garantia de construí-las através de um financiamento vinda do BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Portanto, nós queremos saber do governo: Qual é o planejamento dessas unidades?

Por outro lado, nós temos dois prontos atendimentos em Porto Alegre que deveriam já estar sendo transformados ou prontos em UPA – Unidade de Pronto Atendimento, porque, transformando em UPA, o recurso do governo municipal seria maior, o governo federal repassaria o recurso destinado a uma UPA, que é da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Quando foi feita a terceirização para a empresa SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, havia um certo compromisso de um determinado tempo essas reformas terem acontecido e não aconteceram. Iniciaram as obras, mas inclusive uma delas está paralisada por falta de pagamento que é da Lomba do Pinheiro. Sinceramente, é lamentável. Os atendimentos ficam prejudicados. Nós queremos saber aqui do governo as três situações, porque, dependendo da resposta, obviamente, algumas podemos até entender, passamos por um processo eleitoral este ano, mas, para o próximo ano, se serão feitas e tal.

Eu conversei, na semana passada, com o Rodrigo, secretário da Fazenda, que inclusive passou para outras secretarias, as quais me deram garantias de que esse recurso das duas unidades do GHC estaria incluído no orçamento, portanto, as demais eu não tenho informação.

Agradeço aqui a vinda de vocês, mas é de extrema importância que esta reunião..., até porque o próprio Ministério Público, naquela ocasião, os representantes do governo se retiraram da reunião, e nós ficamos sem respostas. Creio que aqui é o local da gente interagir, conversar, organizar e poder chegar num consenso de uma solução para esse problema.

Agradeço a vinda de todos e vamos à reunião.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Coloco a palavra à disposição dos vereadores. Ver.^a Cláudia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos. Bom dia à Mesa, meus colegas vereadores, presidente Lourdes. Acho que é importante ouvirmos como é que as coisas estão acontecendo. Esse é um tema que a gente vem discutindo há muito tempo; eu sou da Comissão de Saúde desde que eu entrei na Câmara de Vereadores, e a gente já discutia sobre esse assunto, principalmente a Unidade de Saúde Glória, que é uma coisa antiga. Nós visitamos, que nem diz o Ver. Oliboni, o espaço, tínhamos duas opções inclusive: uma na Oscar Pereira e outra na Intendente. Parece que foi optado pela Intendente, já tinha projeto, era um espaço da SMED – Secretaria Municipal de Educação – que seria destinado, inclusive teria uma farmácia distrital, e a gente não viu avanço com relação ao Divina nesse assunto. Então acho que é importante falarmos sobre isso, até porque é uma unidade que eu conheço bem, participei várias vezes do conselho local em reuniões, quando ainda não era vereadora, e se arrasta por muito tempo, assim como tantas outras.

Sabemos que a nossa saúde, infelizmente, não é o que a gente gostaria, mas ela está transbordando. Então, precisamos principalmente da questão dos postos, ampliação dos postos para Atenção Primária – APS – Atenção Primária à Saúde –, porque somente assim a gente vai conseguir resolver parte do problema que é o atendimento na Atenção Primária que tira, com certeza, de dentro dos hospitais muitos casos. Quando se consegue atender lá na base, na ponta, a gente consegue resolver muita coisa. Então, eu acho que esse tema é

extremamente importante, Ver. Oliboni, já foi trazido, e eu te parabeno por trazer de novo à pauta. Acho que é importante sabermos como é que as coisas estão avançando.

O Coinma e o Leopoldina são outro tema que discutimos há muitos anos, inclusive eu estive com o Dr. Marisco numa reunião na Procuradoria sobre esse tema, junto com Barrichello, e as coisas não avançaram. Então, foi de novo para avaliação de valores e, que nem tu disseste, agora tem a LOA – Lei Orçamentária Anual –, vamos ver se está na LOA, se não está na LOA, o que a gente vai fazer para poder ampliar esses atendimentos que são extremamente importantes para a cidade de Porto Alegre.

Vamos ouvir a Saúde, depois, nós nos manifestamos novamente. Muito obrigada.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia. Saudar a nossa presidente da comissão, Ver.^a Lourdes; os demais integrantes desta comissão. Quero dizer que o tema da saúde é um tema muito caro para mim, muito importante. Quero parabenizar o Ver. Oliboni pela pauta e sempre quando nós pensamos em saúde, muitas vezes pode vir na nossa mente a alta complexidade, a gente pode lembrar de hospitais, a gente pode pensar em urgência, em emergência, mas na verdade a saúde começa nas unidades básicas de saúde e no fortalecimento da Atenção Primária. E é justamente esta pauta, a questão das unidades básicas de saúde. Quero compartilhar com vocês que na semana que vem, a nossa próxima pauta vai ser sobre as eMultis, que são equipes multidisciplinares. E esta pauta das unidades básicas de saúde é muito importante porque é onde a vida acontece, o cidadão está perto da sua unidade básica de saúde. Então é ali que ele precisa de atendimento, perto da sua casa. Na semana passada eu fui na unidade básica de saúde na Ponta Grossa né. Foi na unidade básica de saúde da Ponta Grossa, junto com o secretário de Saúde Fernando Ritter, a equipe também estava lá, o pessoal da saúde mental, a Marta, coordenadora da saúde mental, e eu pude conhecer de perto esse trabalho e ver como funciona. E aí o que escutei de relatos? Que até então, Ver.

Oliboni, as pessoas daquela região da Ponta Grossa quando precisavam de um atendimento, precisavam se deslocar até o Centro, levando 1h30min quase de ônibus. Imagina, 1h30min até o Centro para fazer um procedimento de 30 minutos, às vezes de uma fisioterapia, enfim, e depois retornar lá para o seu bairro. E agora com as eMultis tem todos esses profissionais, o psicólogo, o psiquiatra, educador físico, o assistente social, o fisioterapeuta. Então precisamos do fortalecimento das unidades básicas de saúde. Nós vamos ter saúde se não fortalecermos as unidades básicas de saúde. Então parabéns, Oliboni, por essa pauta. Obrigada.

SR. FAVIO TELIS: Bom dia, Ver.^a Lourdes, bom dia, Ver. Oliboni, pela proposição, bom dia aos demais vereadores da Mesa, o Ministério Público, aos colegas da Secretaria de Saúde. Agradeço pela gentileza de inverter a pauta porque eu tenho um compromisso e já justifico a saída um pouquinho antes das 11h, porque, na verdade, seria da Atenção Primária a primeira pauta, aí acabei solicitando essa inversão para falar a respeito dos prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro, da Bom Jesus, que o senhor muito bem colocou e nos preocupa também o não começo do atendimento como UPA, propriamente dito, pelos recursos que a gente sabe que vamos receber, que vão poder ser aplicados mais em saúde, investindo mais para atendimento à comunidade. Então também, como disse a vereadora, nos são muito caras algumas pautas em saúde, e esta é uma delas. E o secretário Ritter, o prefeito, a Secretaria Municipal de Saúde, o nosso setor lá de atenção hospitalar não estão apáticos a respeito do assunto. A gente vem tratando, a gente sabe que obra é algo também complicado, nós tivemos um problema, já inicio justificando alguns valores que não foram recompostos. Nós sabemos que na época da própria pandemia o material de engenharia, tudo que se refere à construção civil teve um aumento desproporcional ao que todo mundo podia imaginar e não foram recompostos os valores em relação, por parte nossa, governo, gestão, seja pela dificuldade financeira ou seja por algum motivo não previsto também em contrato. Mas o fato é que não foram recompostos uns valores, o que fez com

que lá atrás, no outro ano, a obra realmente tivesse ficado parada algum tempo, a própria empresa estava com dificuldade de conseguir material. Subiu o ferro mesmo, me lembro eles dizendo acho que umas dez vezes mais do valor que eles tinham contratado ou quando nós contratamos, e tiveram essa dificuldade de retomar. Nós negociamos para que a obra não parasse, foi retomada a obra um pouco mais devagar e ela tomou um pouco mais de celeridade depois. Nós acabamos, em torno de uma semana, de assinar uma renovação de contrato por um ano com a empresa para a gente ir avaliando conforme as porcentagens e da conclusão da própria obra, para ver que rumo, e, de repente, pensar em conjunto também se toma em relação até a próxima à renovação ou não. Aí nós vamos ter que ver conforme forem sendo concluídos, ou que seja concluída a obra, a gente espera que seja em breve, obviamente o governo espera que seja em breve. Nós estamos com 64% da obra da Lomba do Pinheiro já concluída, tanto que melhorou e muito, quem é lá da região sabe disso, melhorou bastante tanto na recepção quanto na triagem dos pacientes, teve uma grande melhora no atendimento só com essa porcentagem. E obviamente a gente quer concluir para poder ingressar com a habilitação e começar a receber novos recursos também para implementar nos investimentos. A obra da Bom Jesus é a que está um pouquinho mais atrasada, está com 40% da obra concluída. O ritmo, e aqui pode confirmar depois a representante da empresa, foi diminuído agora algum tempo atrás, até a gente se organizar e fazer a assinatura da renovação do contrato, onde agora tem uma outra solicitação por parte da empresa de recomposição. O governo não recompôs os valores do IPCA em todo o contrato anterior, não foi recomposto nada do contrato. Eles fizeram uma solicitação mostrando as perdas que houve, assim como o aumento do custo da obra para ela poder ser tocada e chegar ao fim o mais rápido possível. Está no nosso jurídico sendo avaliada essa solicitação, assim como o secretário também está avaliando junto ao governo a solicitação da recomposição dos valores: se vai ser aquele montante, se aquilo é justo e se realmente cabe. Provavelmente, vai envolver também o nosso setor de engenharia, para saber se aquele valor, aquele montante que eles estão solicitando é cabível, e se a gestão vai ter

recurso financeiro para recompor o todo, ou se vai ter que acionar a Câmara de Vereadores para ajudar nessa recomposição, como falou o Ver. Oliboni. Acho extremamente importante, acho que os vereadores têm que estar envolvidos, principalmente a comissão envolvida nisso e preocupada, e não seria diferente, de repente, trazer para esta Casa, para que a gente pense numa recomposição conjunta dos valores para essa parte da obra.

No novo contrato, foi concedida uma recomposição do IPCA, não tem nada a ver com a obra, é somente para a assistência, então, foi recomposto, reconhecendo que, nos últimos cinco anos, não houve nenhuma, nos quatro anos, não houve nenhuma recomposição financeira por parte do governo. Foram feitos os cálculos e foi permitido, por parte da nossa Secretaria da Fazenda, que fossem dois meses recompostos em torno de... foram retirados 7% da obra e recomposto o IPCA, dois anos em cima do IPCA. Na verdade, esse é o raio X que nós temos em relação aos prontos atendimentos, tanto o da Lomba do Pinheiro quanto o da Bom Jesus.

A obra agora até tinha entrado um pouco num ritmo, como falei, volto a dizer, um pouco mais devagar em função da renovação do contrato, saber se a gestão iria aceitar ou não, ou, pelo menos, receber a proposta deles de recomposição por parte da obra. Agora também estava falando com a representante da SPDM. Muito provavelmente, possa ter alguma parada em função de férias coletivas. Engenharia, a gente sabe que este ano, no final do ano, sempre as empresas de engenharia... Nós estamos com dois hospitais que vão entrar em reforma das suas emergências em janeiro, a gente pediu para puxar para dezembro, e não foi possível, porque, nas empresas de engenharia, de um modo geral, é o período que eles fazem as paradas para férias coletivas. Lembrando que obra, realmente, é algo que, principalmente no que tange à saúde, tem essas paradas muitas vezes não previstas. Basta lembrar que, agora há pouco, nós tivemos a inauguração do setor de oncologia do GHC, que levou acho que mais de dez anos para ser construído, e é um hospital federal, que recebe recurso federal, que, muitas vezes, a gente sabe que tem menos dificuldades de ação, de recurso financeiro. Nem sempre é só pelo recurso financeiro, às vezes, é a mão de obra

que é escassa, não se consegue, tem empreiteiros que, às vezes, abandonam a obra, como já houve o caso de ter que trocar a empreiteira, a empresa também, em função da qualidade do trabalho, enfim. São vários fatores que, às vezes, se somam, vereador, que não só a questão financeira. A gente falou da questão financeira, e temos sim essa fiscalização, a gestão está em cima, tem conversado, está direto com a empresa. Volto aos números: 64% da obra da Lomba do Pinheiro já está concluída, e 40% da Bom Jesus. A gente espera que entre num bom ritmo agora, principalmente na virada do ano, depois dessas diminuídas de trabalho, como falei, e que seja dentro do ano de 2025, que sejam concluídas o quanto antes. Nós estaremos em cima disso, vereador, fiscalizando também, junto com a comissão, para que as coisas aconteçam em prol da população.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Eu quero anunciar a presença de Marcelo Fernandes, da Secretaria Municipal da Fazenda, bom dia.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Já que estamos conversando com o governo, Secretaria da Fazenda, eu preciso de mais respostas aqui para três situações. A situação das dez unidades de saúde. O governo tem uma promessa de construção, a comunidade está esperando, como ela está sendo planejada pelo governo? As dez unidades vão ser do orçamento próprio, vai ser com financiamento do BID? As duas do GHC, volto a repetir aqui, elas têm que estar no orçamento que vamos votar até o dia 6 de dezembro para o próximo ano. Tem um acordo estabelecido com o Ministério Público, têm que sair. Eu pergunto: esse recurso está garantido na peça orçamentária? É preciso fazer uma mensagem retificativa, para poder garantir esse recurso? É preciso fazer uma emenda da comissão para esse recurso estar disponível? Existe uma informação do secretário da Fazenda, Rodrigo Fantinel, de que esse recurso está garantido. A Secretaria da Fazenda está aqui, eu preciso que vocês me digam isso, senão nós vamos fazer a parte que o governo não fez. A Câmara está aqui exatamente para avaliar a peça orçamentária, e está entendendo que,

para resolver, esse recurso tem que estar disponível para o próximo ano. O governo tem essas respostas? O Fábio acabou de falar aqui sobre os PAs. Depois vamos ouvir aqui a empresa que ora tem a concessão, e sobre as dez unidades de saúde, e as outras duas, que é uma dívida do governo municipal ao GHC, mas que, em função de não ter tido entendimento do próprio governo, o próprio governo disse que só seria possível se entrasse na peça orçamentária do próximo ano. Nós estamos aqui para isso, pessoal não tem mais muito tempo, nós temos dez dias para resolver isso. Se vocês não derem as respostas, nós vamos ter que ir ao prefeito, porque nós cansamos de conversar com as secretarias, essa é a grande verdade. Por isso é importante, Sra. Presidente, que os representantes do governo possam ter a oportunidade de falar agora, e aí, depois, nós abrimos. Pode ser?

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A preferência é para os representantes da Prefeitura.

Anuncio também a presença da gerente de atenção primária do GHC, Gerusa Bittencourt.

Por favor, secretário adjunto da Fazenda.

SR. MARCELO FERNANDES: Inicialmente, bom dia a todos e todas, sou assessor da Secretaria da Fazenda. De fato, acolho plenamente os argumentos, vereador, mas eu preciso informar que a Secretaria da Fazenda é um órgão gestor do Tesouro Municipal. A função da autoridade do secretário da Fazenda é, de fato, informar a disponibilidade de recursos e indicar a fonte, de onde estaria vindo o recurso para determinado cumprimento de política pública. Especificamente neste caso que o senhor falou, já houve uma resolução do CGOF, foi feito um pedido de reconsideração, houve anuência do conselho, porque, logicamente, não é uma decisão única do secretário sobre onde vai investir ou não o dinheiro – ele é um gestor –, e houve essa anuência com a destinação dos recursos plenos para o orçamento de 2024, para a execução da obra do setor este que vem por conta do acordo com o Grupo Hospitalar

Conceição, da dívida que o Município tem com Conceição, houve esse acordo, e os recursos serão destinados para a construção dos dois postos de saúde, objeto dessa demanda específica que houve do CGOF. Quanto a isso, a informação é essa, está plena, está de acordo.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Por gentileza, explica melhor o que é o CGOF.

SR. MARCELO FERNANDES: Sim. O CGOF é o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, que, justamente, senta à mesa com representantes do Tesouro, da Contabilidade, da secretaria demandante da determinada despesa e avalia a destinação dos recursos em cada fonte, e é indicada uma ordem de prioridade de acordo com os termos da lei com que foi ajustado dentro do Gabinete do Prefeito, dentro dos gestores das secretarias, dentro da Câmara de Vereadores, que também orienta recursos, e a partir dali são decididas as prioridades, já que o recurso público é finito. Havendo a indicação de fonte, logicamente aquele recurso é automaticamente indicado e liberado, como foi o caso. Aí, de fato, após a liberação, realmente são as etapas da regular contratação e efetivação da obra, que tem as suas dificuldades que são próprias, que são muito próprias. Quanto à Secretaria da Fazenda, o recurso é disponibilizado, ele é informado e, claro, como temos uma questão também do cumprimento das leis orçamentárias, obviamente os recursos não são disponibilizados de plano. Quando a lei exige, a gente só consegue fazer a disponibilização do recurso para o exercício seguinte, justamente para homenagear o planejamento que tem que ser feito das demais políticas públicas, porque, sendo cobertor curto, quando se cobre uma parte, em geral, tem se cuidar para não descobrir a outra. Seria isso, vereador, a gente está sempre à disposição, e, no que for necessário, a gente busca também, a gente indica a fonte de receita e depois coloca à escolha das autoridades decisórias sobre qual decisão tomar naquele momento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Você me permite, o Marcelo Fernandes está sempre aqui na Câmara, aqui a gente tem boa relação, por isso a gente pode aqui ampliar as perguntas e tal. Eu preciso que tu ligue para o secretário da Fazenda, o Rodrigo Fantinel, para dar uma resposta mais precisa. Ele me disse por telefone, eu posso até ler a mensagem que ele me deu aqui, que estava garantido, na peça orçamentária, o recurso para as duas unidades do GHC. Eu não consegui perceber a tua confirmação que estará na peça orçamentária e que nós não precisaremos fazer emendas de comissão para garantir o recurso. Existe um acordo aqui e há um desgaste desnecessário da Câmara de Vereadores e do próprio governo em relação à resposta ao GCH. A Gerusa, que está aqui, é a gerente da Atenção Básica do GHC, que opera com o poder público municipal uma parcerização de dez, doze unidades de saúde, e estão com os projetos prontos, só aguardando a licitação. Somente a licitação leva alguns meses, então a garantia desse recurso tranquiliza a comunidade do Coinma e do Leopoldina. Para nós é de extrema importância que saia hoje aqui, senão nós vamos ter que fazer emenda. Nesse sentido acho que, se tu puderes nos confirmar, de fato, que há uma segurança é jurídica... Senão nós vamos ficar mais quatro anos aqui discutindo um tema que infelizmente é desgastante para todo mundo.

SR. MARCELO FERNANDES: Perfeito. Eu vou ler para o senhor, de repente é bastante útil, a resolução do CGOF que determinou a liberação dos recursos. Após os devidos trâmites em processo administrativo próprio, o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, em análise ao pedido de reconsideração, para indicação de recursos à LOA 2024 da Secretaria Municipal de Saúde, para reconstrução das unidades de saúde Jardim Leopoldina e Coinma que constará como parte pagamento da dívida já reconhecida pelo município com o GHC. A partir daí, aprova, após os devidos considerandos, a totalidade da despesa para a execução em 2024, atrelada às obras US Coinma e US Jardim Leopoldina, seja executada como fonte de recursos, como havia indicado, no montante de R\$ 5.620.167,00. É a aprovação do comitê.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Não, mas não, é aqui a grande questão. Dos R\$ 5 milhões, a gente já está sabendo, mas são mais de R\$ 20 milhões e foi o que o Rodrigo Fantinel me garantiu, que isso está na peça orçamentária. Por isso, acho que é importante, enquanto nós continuamos a reunião, tu manteres um novo contato com ele, que essa resposta não satisfaz e não dá segurança jurídica de que terá dinheiro disponível para a execução dos projetos. Enquanto isso, vamos continuar a reunião, por gentileza.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dando continuidade, representantes do Município, nós temos a diretora adjunta de Atenção Primária. A Sra. Eveline Rodrigues está com a palavra.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Bom dia a todas e todos, estou aqui com a colega Josi, a Vânia está de férias. Então já vou começar, a diretora Vânia está em férias, ela que conduz principalmente as pautas da obra, mas eu sou diretora adjunta da Atenção Primária, estou aqui com as informações que foram solicitadas pela pauta. Se eventualmente não conseguir fornecer alguma resposta, me comprometo a devolver por escrito. E aí já perguntando, a gente trouxe uma apresentação de uma forma breve, um *slide* por unidade, que acho que auxilia na transparência, se vocês estiverem de acordo podemos reproduzir, obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Até dez minutos, está?

SRA. EVELINE RODRIGUES: Está bem, pode deixar que, até dez minutos, eu consigo falar. (Pausa.) Deixa eu me reposicionar então para cá. Para facilitar também para os nossos conselheiros que estão presentes, ela está dividida por regiões, eu acho que faz mais sentido aqui para esta Casa. (Pausa.) Mas enfim, enquanto é projetado, só para trazer um pouco da dinâmica, a gente fez brevemente um resumo dos *status* em que estão os projetos, qual a previsão de

tempo, o recurso que foi previsto para os locais, por regiões. A gente também, se a Casa achar necessário, a gente também tem um *status* das unidades que estão sendo reconstruídas em virtude das calamidades; a gente não trouxe aqui, porque elas não estavam na pauta, mas, se necessário, estamos à disposição para responder sobre isso também. (Pausa.) Bom, a gente trouxe a apresentação, mas eu vou falando até porque, em virtude do tempo, imagino que também vai desencadear algumas perguntas.

Eu vou começar ali pela região oeste, a Ver.^a Cláudia já trouxe a situação da Glória. Hoje a Glória é um prédio, a nossa unidade é atendida num espaço que é locado. Tinha duas opções de endereço, então se optou pela Rua Intendente Alfredo Azevedo, 510, o local para essa construção. A previsão para essa entrega: 2026. Atualmente, o *status* desse projeto, ele está em finalização pelo setor da SMOI, e a estimativa é que a gente tenha a licitação agora para o ano de 2025. Os recursos da obra dessa clínica da família da Glória, a maioria é de recursos federais, do que eles chamam de programa Requalifica. A previsão é de que a gente tenha ali seis equipes de Saúde da Família, com treze equipes de odonto. Então, de fato, a Ver.^a Cláudia aqui já trouxe, hoje, essa estrutura locada é muito precária, a comunidade sofre muito quando chove; então esse é o *status*: previsão 2026, licitação 2025. Das unidades que foram solicitadas, essa é a única da região oeste, vou passando para outras regiões. Não sei se a gente abre por região, estou à disposição...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Nesse projeto, tinha farmácia distrital, ela está incluída nesse projeto?

SRA. EVELINE RODRIGUES: Não, distrital não. (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. EVELINE RODRIGUES: Nesse, então, não foi incluído.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. EVELINE RODRIGUES: Tem a dispensação do medicamento, mas não nessa estrutura de farmácia distrital. Então, se puderem continuar reproduzindo a apresentação, por favor. (Pausa.)

Então, o senhor secretário da Fazenda, ele já respondeu sobre a questão do recurso, acho que Leopoldina junto com Coinma, mas aqui iniciando a Zona Norte, mas acho que é importante também trazer um pouquinho mais de elementos ali, daí a Gersa me corrige, se não for isso. O novo terreno, naquele endereço na Rua Abel Rocha, previsão de início de obra no ano de 2025, aí o secretário da Fazenda já fez aqui os seus esclarecimentos, que foi encaminhado para a Diretoria de Licitações e Contratos. Teve algumas correções, o que foi necessária fazer em relação aos projetos para que se atualizem os orçamentos. Então, mas o secretário já respondeu que é um recurso que está garantido, mas trazendo aqui o como tramitou ali no Jardim Leopoldina.

Estamos falando das unidades da Zona Norte da cidade e a próxima, então, nós temos a unidade Assis Brasil. A Assis Brasil, é importante a gente trazer um resgate, que lá em 2015, 2016 foi identificado um terreno ali próximo ao Ecoville. A comunidade, na época, que mora no Ecoville, não quis essa unidade lá, foi toda uma pauta de discussão, junto ao controle social. Identificou-se ali, na Praça Malcon, um novo terreno, que precisa ser validado com a comunidade também. E terça-feira, dia 26 de novembro, já no retorno com a diretora Vânia, com a Bárbara e com os representantes do Distrital, vai se discutir especificamente em relação à Avenida Assis Brasil. Vou ver se eu coloquei alguma informação adicional em relação a essa unidade: atualmente é uma unidade que tem três equipes, duas de Saúde Bucal, a previsão é que ela possa ter, nesse espaço, quatro equipes e duas de Saúde Bucal. É uma unidade que atua hoje num prédio alugado. Teve a solicitação de BID, também gostaria de resgatar aqui que o que o Ver. Oliboni trouxe em relação ao BID, que a saúde não estaria executando em função do recurso do BID. O BID é um recurso – daí o secretário da Fazenda está aqui também – que depende de uma assinatura junto à Prefeitura, no

momento que isso ocorrer, os projetos e as tramitações estão prontos, conforme eu estou mostrando aqui, mas é um recurso que depende de uma assinatura da Prefeitura, que a gente possa continuar a tramitação.

É importante trazer aqui também que, nessa previsão para a Assis Brasil, daí, sim, está prevista uma Farmácia Distrital. E a gente está tentando um prédio, para também a gente ter ali a estrutura das nossas equipes de Saúde Mental da Criança e Adulto, então não seria só para a Clínica da Família, enquanto Atenção Primária. Depois, a gente tem a Unidade Planalto, que hoje quem está atendendo essa comunidade é a Passo das Pedras 1, é uma unidade pequena, são duas equipes de Saúde da Família e uma de Saúde Bucal, com previsão para ampliação de três equipes de Saúde da Família, duas de Saúde Bucal, previsão de construção, ali no endereço Lindomar dos Reis, previsão de entrega 2026. É um projeto que já foi aprovado pela SMAMUS, o projeto arquitetônico, e agora, pela tramitação dali dos colegas da engenharia, precisa passar para o DMAE para fazer uma avaliação de isenção da Bacia de Amortecimento e aí, sim, posteriormente, tramitar para licitação. Esse recurso é do Fun-Patrimônio. Depois, nós temos ali a previsão de construção da Clínica da Família Porto dos Casais, e aqui já vindo para região sul e extremo-sul da cidade. A previsão desse endereço é Rua das Espatódeas, nº 450. A nossa expectativa da construção da Porto dos Casais para também liberar um pouco daquela pressão assistencial que a gente tem no Chapéu do Sol, Ponta Grossa, Belém Novo, a gente tem terrenos muito distantes. E a Ver.^a Tanise trouxe bem, foi uma unidade que a gente visitou, na semana passada, um processo de trabalho muito potente, mas, de fato, uma limitação de espaço físico. A previsão de entrega é 2027, tem uma estimativa para que em 2025 a gente consiga fazer a contratação dos projetos via licitação. E aqui também é um recurso que aguarda a assinatura do BID, e ali o número do processo, depois, eu disponibilizo para a Casa também a apresentação para consultas futuras.

Ainda na região sul da cidade, então, a gente tem a Clínica da Família José Mauro Ceratti Lopes, ali a gente tem uma demanda da comunidade já de algum tempo, que sai ali de dentro da estrutura do Hospital da Restinga. Hoje, nós

temos ali cinco equipes de Saúde da Família, três de Saúde Bucal, a previsão são seis equipes de Saúde da Família, três de Saúde Bucal. O novo endereço está previsto para a Avenida João Antônio Silveira, ali ao lado da sede dos Bombeiros. Uma previsão de entrega para o ano de 2027. Atualmente, então, esses projetos estão em execução, via SMOI, e assim que eles forem entregues precisam passar pela aprovação na SMAMUS, aí novamente tramitar no DMAE, para ver a questão da avaliação da isenção da Bacia de Amortecimento. Aqui também há uma previsão de recurso via BID.

Ainda na Zona Sul da cidade, a gente tem ali o Beco do Adelar, a previsão desse novo endereço é na Rua Francisco Mattos Terres, previsão de entrega 2027, um *status* muito parecido ali com a José Mauro Ceratti, projetos em execução na SMOI. Indo para a SMAMUS, ele pode tramitar para a licitação e aí, posteriormente, avaliação do DMAE, também recurso do BID.

Agora, já na região leste da cidade, que a gente também tem um grande número de obras, a gente tem a situação da Esmeralda. A Esmeralda, inclusive, hoje, começou o processo de demolição do prédio, e aqui também já aproveito para informar à população, à comunidade que temporariamente o novo endereço de atendimento da Esmeralda é na Rua Dolores Duran, 1056, já está atuando nesse novo local porque hoje iniciou a demolição do prédio. Ali é uma proposta de construção, o novo endereço... O mesmo da anterior: vão demolir para construir uma nova na Rua Dolores Duran, 1621. Iniciou hoje, então, a demolição, a ordem de início para a obra é prevista para o dia 9 de dezembro deste ano, a previsão de entrega é 2026. E aqui também um recurso do Fun-Patrimônio. E aí a gente continua na região leste, a gente vai ter ali a Quinta do Portal. A gente tem uma pressão assistencial muito importante ali em torno da Unidade Mapa. É uma comunidade muito vulnerável, inclusive ela é atendida pela nossa unidade móvel de atendimento, que é uma unidade itinerante. O novo endereço está previsto na Estrada Afonso Lourenço Mariante, é uma situação de construção, previsão: 2026. Já tem a aprovação do projeto arquitetônico pela SMAMUS, e aí, depois, será encaminhado para o DMAE para a devida avaliação da isenção de amortecimento. Ali a gente tem uma obra do Requalifica, recurso federal.

A gente ainda tem outras na região leste, a Unidade Lomba do Pinheiro, que também tem previsão de construção, na Estrada João de Oliveira Remião, nº 5.110 – previsão de entrega: 2026. Os projetos da Lomba do Pinheiro já foram entregues para a SMOI, está em processo de aprovação na SMAMUS e também, depois, aguarda a tramitação junto ao DMAE. E aqui na Lomba do Pinheiro a gente tem a questão do recurso do BID.

(Manifestação fora do microfone.)

SRA. EVELINE RODRIGUES: Em torno de R\$ 3 milhões. Unidade Lomba do Pinheiro. E aí, se a Casa estiver de acordo, a gente depois pode complementar com a questão dos valores também e deixar a apresentação.

Depois a gente tem a Unidade Maria da Conceição, que também é uma construção, com a previsão do endereço na Rua Mário de Artagão, nº 143, ali no Partenon, previsão de entrega: 2026. É um projeto que ainda está em aprovação pela SMAMUS, o projeto arquitetônico, e depois vai tramitar no DMAE e posterior licitação; aqui também é recurso do BID. E aí, a gente, na medida da apresentação, pode ir complementando com a questão dos valores, não tem problema.

Coinma. Na Coinma, uma situação muito parecida com o Leopoldina, então, se vocês me permitem, a gente vai passando. Eu só deixei aqui porque ela é da região Leste da cidade.

Aqui eu fiz uma inclusão, não estava nessa solicitação, mas para a região Leste a gente tem duas unidades muito importantes, que também são bem demandadas pela comunidade, que são a obra dos Irmãos Maristas, então incluí aqui. Vereador, se me permite, falar um pouquinho do *status* do Irmãos Maristas, que fica ali. Irmãos Maristas vai ser ali no loteamento Irmãos Maristas, distrito Nordeste, previsão de entrega: 2026. A ordem de início é agora em 2024. Esse tem uma composição de recursos que vêm tanto do Requalifica, que é um recurso federal, quanto recursos do Fun-Patrimônio, do Município.

Chácara da Fumaça. Para a Chácara da Fumaça também a previsão é ali Av. Martim Félix Berta, previsão de entrega: 2027. O projeto arquitetônico está em aprovação pela SMAMUS, depois tramita no DMAE para posterior licitação. Aqui também é uma composição de recursos que vêm através do Requalifica, que é um recurso federal, e do Fun-Patrimônio.

Santo Alfredo. Em Santo Alfredo a gente tem uma questão que é mais complexa, é uma previsão de construção na Rua Santo Alfredo. E daí a questão dos números, tanto na 2, na 3, quanto na 385. O que acontece hoje na Santo Alfredo? Aguarda uma previsão de contrapartida da MRV, e esse é o grande nó. Aqui há a questão do recurso, a gente tem um impasse entre Prefeitura e MRV para a questão da liberação do recurso dessa contrapartida. Esse é o principal nó em relação à Unidade de Saúde Santo Alfredo.

Então, Ver.^a Lourdes, Ver. Oliboni, são essas as informações que tínhamos; estamos à disposição.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Solicitou a palavra a Dra. Márcia, então vamos aproveitar o tema.

SRA. MÁRCIA BENTO: Eu tenho algumas dúvidas, a primeira vai para o representante da Fazenda, certo? Nós tivemos uma reunião em julho deste ano com o secretário Rodrigo, e, na ocasião, inclusive, foi noticiada a publicação do Decreto Municipal nº 22.784/24, que, justamente, a partir da autorização do CGOF, abriu créditos suplementares no valor de R\$ 5.720.167,50, destinados ao início da construção da US Jardim Leopoldina e da US Coinma. Justamente por esse valor ser inferior ao valor orçado para as duas obras, na ocasião ele foi questionado, então, como é que seria feita a garantia da complementação do valor necessário para essas obras. E ele nos disse, então, que o valor remanescente tinha que ser previsto no Orçamento de 2025. É por isso que o Ver. Oliboni está questionando. Saiu um ofício do Ministério Público justamente questionando isso também, por escrito, porque a gente precisa, para instruir os inquéritos civis que hoje estão em andamento no Ministério Público, mas já que

nós estamos aqui e inclusive com representantes da comunidade e todos os demais que já participam em todas as reuniões, a questão é essa: o questionamento o do Ver. Oliboni e o meu diz respeito ao valor remanescente – esse não tem relação com a resolução do CGOF. Certo? Então eu gostaria de fazer esse esclarecimento, e é disso que nós queremos saber, desse valor remanescente, se está previsto no Orçamento ou se precisa ser feita alguma emenda, enfim, se tem que ser tomada alguma providência para que seja incluído. Então, este é o meu primeiro questionamento.

Sobre a questão também dessas duas unidades, a outra informação que a SMS nos passou é de que ainda estariam pendentes alguns ajustes. Pois é. E aí eu gostaria de entender exatamente que ajustes e dependem de quem especificamente, se é do GHC, ou da SMS, ou de outro setor do Município de Porto Alegre, para que essa licitação possa iniciar-se. Porque a gente sabe que um processo licitatório é extremamente demorado e a comunidade quer ter uma certeza de que isso vai andar. Essa informação de que está dependendo de ajustes é muito genérica. Precisa entender que ajustes são esses, quanto tempo vai demorar, o que já está sendo feito. Eu gostaria de saber mais especificamente sobre isso. Eu oficiei também ao Município, especificamente o setor de contratos, mas, já que a gente está numa reunião sobre isso, talvez vocês pudessem nos adiantar mais especificamente do que que está dependendo e quanto tempo vai demorar.

Sobre a Santo Alfredo, nós temos uma informação prestada pelo Município de Porto Alegre, de setembro de 2024, dizendo que a MRV ainda não cumpriu todas as etapas de projetos e que estariam aguardando. Pois bem, a minha pergunta é: a MRV, obviamente, não está motivada, então, eu gostaria de saber quais são as providências que o Município de Porto Alegre vai adotar, para que a MRV cumpra o termo que existe, que a obriga a fazer isso? Então, eu gostaria de saber as medidas legais, se a Procuradoria Geral do Município vai acionar a MRV, o que que vai ser feito? Por parte do Ministério Público, nós temos o inquérito civil onde nós acompanhamos a construção da Santo Alfredo e nós

oficiamos a MRV. Estamos aguardando a resposta. Então, esse é outro questionamento.

E, por fim, eu sei que o Dr. Telis não está mais presente, mas, como o Município continua presente, através de outros representantes, eu vou questionar – talvez o representante da SPDM possa me ajudar – sobre os PIAs. Certo? Nós tivemos inúmeras reuniões com o Município de Porto Alegre e a SPDM sobre o cumprimento daquele termo de colaboração. Ainda que não estivesse prevista uma atualização de valores, o fato é que a SPDM assumiu esse compromisso. Certo? Então, sempre foi cobrado do Município de Porto Alegre, como parte legítima que é, para forçar a SPDM a cumprir a sua obrigação legal, ou seja, o que faria. Então, depois de inúmeras reuniões, conseguiram dar início à obra. Esse termo de colaboração foi recentemente renovado, conforme foi informado, mas o fato é que... Essa obrigação, ela estava prevista, então, a SPDM tem que arranjar um jeito de reiniciar essas obras; até porque a SPDM entrou judicialmente contra o Município de Porto Alegre, pedindo uma recomposição e não ganhou, então, essa obrigação é da SPDM. E eu gostaria de saber, então, quando é que vai haver a retomada dessa obra? Porque aqui a informação que foi prestada no nosso expediente do PA Lomba do Pinheiro é de que a empresa contratada teria paralisado os serviços em razão de falta de pagamento. Então, a questão é: existe um contrato, acredito, entre a empresa contratada e a SPDM – deve existir, então, existem medidas legais que podem ser tomadas para retomada disso -, e aí eu gostaria de saber o que está sendo feito e quando vai retomar essa obra? Nós não podemos ter obras públicas paralisadas. Havia uma previsão de entrega dessas obras, que já foi ultrapassada, era setembro de 2024, para a Lomba do Pinheiro, e novembro de 2024, para a Bom Jesus, a gente sabe que tudo neste ano foi atrasado, em razão das enchentes – totalmente justificado -, agora, uma obra paralisada não é possível de aceitar. Então, eu gostaria de entender o que vai ser feito. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Primeiro, fala a Secretaria da Fazenda, depois, a SPDM.

SR. MARCELO FERNANDES: Perfeito. Eu agradeço as considerações. Bom, primeiro, então, vou me obrigar a ser bastante sincero. Logicamente, eu não tenho respostas para esses questionamentos, especificamente, quanto a prazo, qual ponto, porque são itens muito específicos, e, certamente, o setor próprio está dando encaminhamento. Mas até isso é importante fazer referência, quanto ao setor próprio. Eu acho que a senhora está fazendo o caminho adequado. Como a administração pública tem as suas complexidades que lhe cabem, e as coisas são complexas mesmo, logicamente isso não está na mão de uma ou outra pessoa; geralmente, está na mão de um coletivo de profissionais e setores especializados que atuam conjuntamente para dar um resultado. E o caminho do ofício, do pedido de informação, das reuniões, é o melhor caminho. Nada, aqui, está sob sigilo, tudo é para dar transparência, e aí esse caminho de oficiar, pedir informações, fazer reuniões, é o caminho até para dar uma maior agilidade a esse movimento. Agora, o que eu posso lhe garantir é que o servidor público lotado nessas funções, de modo algum, consegue fazer alguma coisa que não está prevista em lei, na verdade, é proibido, é o que a gente chama de legalidade mitigada, então, se por algum motivo algum processo tranca, ou dá um revés – a senhora citou um ponto específico, quanto ao financiamento do BID -, é porque algum dispositivo da lei tem aquele permissivo, e, aí, só por lei, a gente consegue modificar. Eu estou bastante acostumado a essa questão da gente ter essas amarras quanto à lei, e aí uma solução legislativa costuma desatar esses nós. Mas, então, eu lhe garanto que, quanto à questão de algum ponto de estrangulamento ou algum gargalo que tenha, geralmente é algum dispositivo da lei ou do contrato, no caso do GHC. E, por algum tipo de ajuste naquele contrato ou alguma alteração na lei, a gente consegue fazer esse destrancamento. Quanto à questão da licitação, eu também acho bastante pertinente, e aí eu já falo como ex-auditor do Tribunal de Contas, antes de ser auditor da Fazenda, que de fato os contratos são previstos de uma forma e, ao longo da execução do contrato, há determinados aditivos, suplementações que são justamente coisas que vão acontecendo ao longo da obra. Então, quanto a isso também é a

ligação...Só que, de fato, as todos os termos aditivos têm que ser motivados, eles não podem prever um valor, digamos, fora do esperado, julgando que em princípio aquela estimativa orçamentária tenha sido já totalmente contemplada. Então, eu entendo que, a partir de um uma previsão inicial de construção da obra, nada obsta ser suplementada ao longo da execução, ao longo das medições.

E, por fim, aconteceu na primeira pergunta eu achei bastante pertinente também quanto à alocação do recurso no orçamento. Como falei, a Secretaria da Fazenda é um órgão gestor do Tesouro, gestor do caixa. O máximo que a gente faz é abrir o caixa e indicar onde estão as fontes e para onde a fonte está indo. Mas a escolha das fontes é própria de cada secretaria e mormente da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, ela que é dona do orçamento, é ela que de fato escolhe qual item colocar ou não dentro do orçamento. Então eu acharia muito proveitoso, ao longo dessas reuniões, a gente também se reunir junto ao secretário Bruno Caldas, juntamente conosco representantes das áreas finalísticas, no caso a Secretaria Municipal de Saúde, para justamente decidir e estabelecer efetivamente para onde vai aquele recurso.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Eveline Rodrigues está com a palavra.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Então, no que diz respeito principalmente às unidades de saúde, vou passar para a Josi complementar algumas situações porque tem uma pergunta muito direta da Dra. Márcia Bento de quais foram as inconsistências dos projetos no que diz respeito a Coinma e Jardim Leopoldina. E, na sequência, também respondo quais são as medidas junto à MRV em relação a Santo Alfredo.

SRA. JOSIANE GASPERIN: Bom dia a todos, eu sou Josiane, eu sou engenheira civil da Secretaria de Saúde e eu gostaria só de pontuar para começo que eu Coinma e o Jardim Leopoldina já foram encaminhados para licitação.

Eles foram encaminhados para licitação, e aí, com relação ao recurso, é claro que eu não vou poder defender todo o restante de 2025. Mas ele está com uma declaração de exercícios futuros que compõem o custo que eles tinham destinado em 2024, com uma declaração de que haveria recursos para 2025. Então, ela já foi para DLC. O que eu digo que precisou é que ela retornou da DLC, que é a nossa Diretoria de Licitações e Contratos, pedindo ajuste no termo de referência, que é o documento em que a gente, como engenheiros, encaminha para ser contratada a obra e também a atualização do orçamento por parte do GHC. Então a gente já encaminhou, o GHC vai atualizar o orçamento, que é de praxe, tem uma duração de três meses, eles vão pedindo atualizações então já está sendo atualizado o valor. E, por parte da Secretaria de Saúde, já estão sendo feitos os ajustes do termo de referência. Assim que a gente juntar, tanto as nossas correções no termo de referência, quanto à atualização do valor, ela retoma para a licitação. Então já estão em licitação, tanto Jardim Leopoldina, quanto Coinma, não é uma coisa que ainda irá, estão em ajuste, mas só vão retornar para continuação da licitação.

Aí, com relação a recurso, de novo a gente tem uma declaração de promessa de exercícios futuros que provavelmente irá para a parte da Fazenda que não me cabe explicar então com relação ao Coinma e ao Leopoldina seria isso.

Com relação a Santo Alfredo, já aproveito que também foi um dos questionamentos da Dra. Márcia. No Santo Alfredo, a gente fez... Ele abre uma promessa de construção para dezembro de 2021. Então a gente vem continuamente, dentro da engenharia, lutando para que eles entreguem para a gente os projetos de forma adequada. Então, a gente tem inúmeras análises no processo até, se alguém precisar de liberação do processo para avaliar, a gente tem feito inúmeras solicitações, constantes. A gente já deu duas notificações, a gente pediu duas notificações. E, na verdade, está com muita dificuldade que se cumpra esse TCAP, que é um Termo de Conversão de Área Pública, desse recurso que vem à construção da Santo Alfredo.

Então o último despacho, inclusive, acredito que tenha sido meu solicitando a área jurídica que nos ajude de alguma forma a fazer com que se execute esse

TCAP. Então tudo que era possível de forma técnica e de engenharia a gente está fazendo, tudo que era possível por parte da Secretaria da Saúde a gente está fazendo. Agora a gente está tentando pedir um auxílio jurídico para que se faça cumprir. Então, é não é uma questão de estar parado, não é uma questão de não estarmos nos envolvendo, a questão é que não está sendo cumprido, e a gente está constantemente solicitando esse auxílio. Então basicamente seria isso que eu teria para informar nesses dois questionamentos que a Dra. Márcia tinha solicitado para nós quanto à Atenção Primária.

SRA. EVELINE RODRIGUES: Só para complementar, reforçar isso que a Josi trouxe. A gente entende perfeitamente a questão do Santo Alfredo, a gente está alugando um espaço que é ruim, com muitas dificuldades. A Josi já explicou bem tudo que tecnicamente que foi possível fazer foi feito. Isso tramita há mais de dois anos junto à MRV. Então a própria secretaria pede auxílio para meios judiciais. É importante que a gente deixe transparente aqui porque o incômodo também é nosso de tudo que está acontecendo numa comunidade que não merece.

Sobre a SPDM acho que os representantes dos pronto-atendimentos que estão aqui... Então acho que...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Bonnie do Nascimento, da SPDM, está com a palavra.

SRA. BONNIE DO NASCIMENTO PINTO: Bom dia a todos. Com relação às UPAs Lomba do Pinheiro e Bom Jesus, uma das coisas importantes a destacar, não só como a secretaria trouxe, mas também é importante destacar que nós – vou usar até um termo bem popular – estamos trocando a roda do carro com ele andando. Estamos fazendo obra e seguimos atendendo uma média de 6 mil atendimentos em cada unidade. Isso tudo, logicamente, demanda uma certa morosidade, porque nós precisamos, em muitos momentos, remanejar, adaptar e pensar em como vamos fazer para avançar a obra em determinadas áreas,

considerando que, como é de conhecimento de todos, todos os prontos atendimentos estão sempre com superlotações. Há momentos em que trabalhamos com 400% da capacidade, 200% da capacidade. Então, é muito sazonal. Tudo isso também dificulta o avanço da obra, uma vez que eu preciso ocupar espaços que, muitas vezes, estão ocupados pelos próprios pacientes.

Com relação às questões de continuidade da obra, nós agora fizemos, na semana passada, a renovação, como o Favio colocou, e agora estão sendo discutidas algumas questões de reajustes e de projeto também de obra. Uma vez que, por exemplo, na Bom Jesus, temos o prédio que, para avançarmos, é necessário definir outros serviços que também ocupam o mesmo espaço. Então, são algumas questões que a secretaria está avaliando, juntamente com a questão dos reajustes. Não consigo lhe dar um prazo, uma data definida, mas, posteriormente, podemos informar. Acredito que, nas próximas semanas, as obras já retomem a sua normalidade.

Não sei se respondi, se tem mais alguma dúvida.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Gerusa.

SRA. GERUSA BITTENCOURT: Bom dia a todos. Acho importante o que a Josiane trouxe de informação, até para a comunidade do Leopoldina que está aqui. Não vi ninguém do Coinma, mas, enfim, a licitação já está em andamento. Na verdade, é um ajuste nos valores, mas isso não impede que a licitação aconteça, porque os projetos foram entregues, e tudo o que foi demandado do GHC também foi entregue. Então, acho que é importante talvez só trazer luz a esses prazos da licitação, que não é uma coisa que acontece em semanas. Talvez a gente vire o ano e a licitação ainda não tenha um vencedor. Mas, só para o pessoal saber, já foi encaminhado. No que tange ao GHC, na verdade, não interfere nesse processo, do ponto de vista de que a licitação já está em andamento.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Bem, então, temos os solicitantes, participantes. Por último, vou passar a palavra para a OAB. De início, eu já passo a palavra para o Sr. Waldir Bohn Gass, do Conselho Municipal de Saúde. Como há mais pessoas inscritas, o tempo será de três minutos.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Primeiro, na plenária do Conselho Municipal de Saúde, na quinta-feira, vamos aprovar um parecer com considerações sobre o orçamento que veio para o Município, na parte da saúde. E, de pronto, posso dizer que o que veio para cá das solicitações e demandas da própria secretaria, e junto com o conselho, é menos da metade do que foi projetado como necessário. E nem inclui essas obras, porque a maioria depende do BID, e até hoje o BID continua sendo uma grande, vamos dizer assim, ilusão, que vai nos ocupando.

Agora, tem uma questão, Lourdes e Oliboni, que a gente tem que ver, que de fato é uma opção de governo. Na última gestão do milênio passado, do século passado, o que ia para o Orçamento Participativo era mais ou menos entre 10% e 13% do orçamento municipal. Por exemplo, a arrecadação no Município, no ano 2000, era ao redor de R\$ 1,5 bilhão, e R\$ 150 milhões eram destinados para o orçamento decidir e aplicar em obras, investimentos – claro, não só na saúde, mas em todas as áreas de Porto Alegre. O orçamento municipal do Município cresceu para R\$ 12 bilhões. Se compararmos com o que deveria ser decidido pela comunidade para aplicação, o valor deveria ser de, no mínimo, R\$ 1 bilhão, arredondando. Qual é o valor destinado para o Orçamento Participativo neste ano? Eram R\$ 30 milhões, R\$ 20 milhões. Então, é uma opção. Tem dinheiro, mas esse dinheiro tem uma opção política; esse dinheiro não está indo, fundamentalmente, para as obras mais necessárias para a população. É isso. Acho que essa tem que ser a nossa luta aqui, e a defesa do SUS implica isso. Então, na prática, era isso. E vocês da Prefeitura realmente estão remando em uma situação absolutamente desértica, vamos dizer assim, com muita dificuldade para poder resolver a imensidão das demandas. Esse é o problema.

O que nós precisamos realmente é ver como nos mobilizamos e nos organizamos para inverter de novo as prioridades, para ter a coragem de mudar as prioridades de investimento dos recursos do Município. É isso o que eu vejo, e acho que tem toda uma retomada na questão da saúde por parte do governo federal, porque, durante um período, de 2006 para cá, mais ou menos, perdemos cerca de R\$ 20 bilhões da área da saúde por ano, que ia diminuindo. Acho que está sendo retomado, mas ainda não chegou no patamar máximo que já tinha. Então, o SUS, acho que a covid mostrou a importância que ele tem, mas ele ainda é subfinanciado, para que seja, de fato, um sistema público que possa garantir a integralidade, a universalidade do atendimento, a qualidade do atendimento para todos os brasileiros, independentemente de sua condição econômica, fundamentalmente.

Acho que essa é uma luta muito grande, e, da parte do conselho, nós vamos fazer o possível para lutar por uma alteração nessa prioridade, nessa opção dos investimentos. E isso vai depender muito mais da nossa capacidade de organização. Por isso, a importância de continuarmos muito fortes na organização dos nossos conselhos locais, conselhos distritais e conselho municipal, bem como articulados com a luta aqui da Câmara de Vereadores. Eu quero concluir, Oliboni, por exemplo o Orçamento Participativo, o orçamento do ano que vem da saúde vai depender muito de suplementação, porque lá na metade do ano já, se depender só desse orçamento, não vai ter mais recurso. E aí o Município depende e se conecta muito com a questão das emendas impositivas. Nem estou falando das emendas impositivas dos vereadores, porque, como o Orçamento Participativo é ridículo, é uma humilhação da população desta cidade, as emendas dos vereadores também são ridículas enquanto valor. Eu sou contra elas, eu sou contra. Eu acho que os vereadores teriam que ir lá no Orçamento Participativo, fazer lá a disputa e apresentar lá suas propostas. Mas as emendas impositivas de Porto Alegre, em termos de valor são ridículas, viram um recursozinho que tem para fazer suas... Infelizmente, uma rede de clientelismo desgraçado. As emendas impositivas nacionais são outra história, elas pegam metade do orçamento dos

investimentos do País. Eu acho que a gente teria que fazer uma campanha pelo fim das emendas impositivas e em defesa do Orçamento Participativo.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dando continuidade, a Sra. Maria Eliane Silva, coordenadora do Conselho Local de Saúde Ponta Grossa, está com a palavra.

SRA. MARIA ELIANE SILVA: Na verdade, além de ser do Conselho Local de Saúde Ponta Grossa faço parte da coordenação do Conselho Distrital de Saúde do Extremo-Sul e também faço parte do Orçamento Participativo. A nossa realidade é bem mais brutal do que a gente está levantando aqui, é o dia a dia. A Atenção Primária está realmente muito carente, ela é o escudo em frente aos hospitais e aos demais instrumentos que nós temos, que já estão sobrecarregados. Nós temos conseguido, no Extremo-Sul, começar a avançar em algumas reformas necessárias na estrutura de nossos postos, mas isso tem sido através de emendas parlamentares, porque não existe o recurso, é sempre não, não e não. Então, nós estamos conseguindo obter, por parte da secretaria, um apoio, que é a questão de fazer projetos de ampliação. A Câmara de Vereadores, os vereadores parceiros estão nos ajudando com recursos, e é o que nós estamos viabilizando no Extremo-Sul. Para saber sobre a questão que você falou, do recurso de enchente, já que ela tem os dados, nós conseguimos no ano passado... Já fechou um ano a indicação e a compra de uma área de terra no Lami para a construção da nova unidade, pois a atual já está insalubre, inclusive está precária. Já fechamos praticamente um ano, e ainda não conseguimos a formalização da compra da área. Nós sabemos que está inscrita, segundo informações da secretaria, para a verba da enchente, a construção de uma nova unidade. Mas nós não conseguimos nem que fosse comprada a área, e já faz um ano. Já tem verba para isso, fornecida pela Câmara de Vereadores. Então, eu gostaria de saber a realidade de como está isso.

No outro caso, que é a Clínica Porto dos Casais, me considero fracassada. Porque nós estamos, através da COSMAM, da CUTHAB, de reuniões,

pleiteando a construção da unidade, temos a área, oito mil metros quadrados, e temos a necessidade. Segundo o IBGE de 2022, temos no Extremo-Sul 34 mil moradores, sendo que nos nossos postos, segundo o levantamento, são cinco postos no Extremo-Sul, nós temos mais de 43 mil usuários inscritos. Sem contar alguns que não estão inscritos em novas unidades que foram construídas lá, inclusive do Figueiras, que tem quase 2 mil pessoas que não foram inscritas; e ainda está saindo um outro trecho, como está indo o Minha Casa Minha Vida também para lá, para a... (Ininteligível.) ...inclusive aprovado pela Câmara. Então, não corresponde à realidade. Aí você me diz: "A verba do Porto dos Casais é através do BIRD." Nós estamos desde meados do ano passado procurando saber o que está travando a assinatura do contrato do BIRD. Agora conseguimos, graça a Deus, novamente com a ajuda de parlamentares, que haja uma verba para o projeto, para pelo menos se pleitear o projeto da Clínica Porto dos Casais, que já deveria estar pronto há mais de dois anos. Agora, o que está travando o BID? Nós não temos o problema de construção de ter que partilhar os trabalhos de uma empreiteira com um local que já está sendo ocupado. São áreas livres, terrenos livres, mas nós não conseguimos obter uma posição concreta. Quando, como, o que está impedindo? Então, é isso que eu gostaria de saber, com certeza. O que está travando a assinatura do contrato do BID quanto a Clínica Porto dos Casais? O que está travando a formalização da compra do terreno da área da UBS Lami? É isso. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Eu vou dar um minuto para a plateia para... O proponente entende que a OAB pode falar agora. Vamos passar ao representante da OAB, membro da comissão especial de direito à saúde, comissão especial de legislação, direito desportivo da OAB, Dr. Rafael Abech.

SR. RAFAEL ABECH DIAS: Bom dia a todos e a todas. Saúdo especialmente o Ver. Oliboni pela proposição, a Ver.^a Cláudia e a Ver.^a Lourdes Sprenger, presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os vereadores desta Casa.

Saúdo também todos os participantes, quem nos assiste, os companheiros de Mesa. Na verdade, a nossa posição aqui é muito mais institucional, já é a segunda ou terceira reunião de que participamos e falamos desse tema. Hoje, especialmente, eu gostaria de saudar a pertinência dos questionamentos feitos pela doutora Márcia, eu acho que é um ponto muito bem levantado, objetivo. Eu acho que este espaço é justamente para isso, para a gente criar essa discussão, essa integração e sempre saudar este espaço, mas também, ao mesmo ponto em que a gente elogia, em que a gente tem essa abertura desse diálogo, a gente também gostaria de ver resultados. Essa morosidade nos preocupa um pouco. Eu sei que é duro, o cobertor é curto, todos temos as nossas responsabilidades, mas as coisas têm que evoluir. Então, eu gostaria que esta fosse a última reunião com essa pauta, mas, infelizmente, pelo que foi dito aqui, pelo que a gente percebe, a gente vai seguir com isso, mas o meu desejo, em nome da OAB, em nome do presidente Dr. Leonardo Lamachia, nós queremos não participar de outras reuniões com esta pauta, ou seja, que esta pauta seja sanada o mais rápido possível em prol da população. É isso, vereadora, muito obrigado, agradeço o convite, sempre que chamado estarei aqui.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Nós temos tempo de TV, nós vamos dar de um a dois minutos para as manifestações. O Sr. Mário Jeferson, representante do conselho local Maria da Conceição, está com a palavra.

SR. MÁRIO JEFERSON PINHEIRO: Bom dia a todos, ao cumprimentar a presidente da Mesa, Ver.^a Lourdes Sprenger, cumprimento a todos os presentes. Eu sou Mário Jeferson, faço parte do conselho local de saúde da comunidade Maria da Conceição. Já fui contemplado aqui com algumas falas, porque nós, lá na unidade da Maria da Conceição, já temos um terreno que já está averbado, já tem matrícula em nome da Prefeitura, tem estudo do solo, tem projeto, então a gente já teve grandes avanços. Infelizmente, tem um lado negativo, porque, lá na época da administração do Sparta, ele nos chamou, convocou para uma

reunião, tiramos foto, que estava tudo ok, que já estava tudo pronto através do BID. Para nossa surpresa, foi passando o ano, veio uma nova gestão, veio o PAC, o projeto também foi para o PAC, e não fomos contemplados, porque hoje a gente sabe que são só três. E mais uma vez, o projeto está previsto para 2026, pelo BID. Mas se o BID não foi assinado até agora! Então, assim, a gente volta para a comunidade dizendo que tem uma previsão para 2026, mas, se nem assinado está, qual é a garantia, o que eu levo para a minha comunidade? Então, é sempre para mim, é sempre a mesma enrolação. Aí para 2026, vira para 2028; para 2028, fica para a próxima gestão. A gente nunca tem uma posição firme, de olhar no olho, e dizer assim, olha, vai sair a construção, é para o ano tal, é para o mês tal. Sempre tem uma coisa atrás da outra. É como a colega falou: eu quero saber o que impede essa assinatura? Entra ano, sai ano, entra gestão, sai gestão, e essa assinatura não acontece. Eu quero uma resposta da gestão.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Sr. José Carlos Silveira Vieira, conselheiro da unidade Chapéu do Sol, está com a palavra.

SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA: Bom dia, cumprimentando a presidente da Mesa e o Ver. Aldacir Oliboni, cumprimento toda nosso pessoal que está aqui. Meu nome é José Carlos Silveira Vieira, sou do conselho local de saúde do nosso posto, e faço parte da câmara técnica do Hospital da Restinga. A gente fica preocupado, Oliboni, e tu sabes, faz mais de 20 anos que nós estamos lutando para o Porto dos Casais. Conseguimos toda essa área para lá, e vem a questão que o Valdir colocou, que vocês colocaram aqui, do BID, nunca sai da fala. Em 2022, lá no Záfari, o secretário da saúde e a Vânia chegaram e disseram: “Vieira, o teu sonho vai ser realizado. O beco do Adelar e o Porto dos Casais vão sair em setembro.” Eu dei um pulo no pescoço deles, abracei e beijei eles. Bah, um sonho nosso! Só que já passaram dois ou três setembro, já vamos para o terceiro, e nada. Se vocês verem a nosso Unidade de Saúde Chapéu do Sol, a situação, para nós, do atendimento, é para duas equipes. É terrível! No Beco do Adelar, vocês têm que ver o que ele atende de pessoas naquele... (Ininteligível.),

como era o posto lá da Ponta Grossa, tudo como a Eliane colocou aqui. Nós fomos à luta, com emendas parlamentares, e só avançou com as emendas parlamentares. E aí o pessoal crítica. O Giovani agora fez para nós, para a ampliação do nosso posto da Ponta Grossa, R\$ 250 mil; para a planta do Porto dos Casais, para avançar, ele deu R\$ 100 mil. E aí aquilo, aproveito o que a Eliane colocou, eu fui com a Séfora Mota, com a Eliane, com a outra conselheira nossa procurar a área, porque não existia área para nós construir o posto do Lami. Fizemos todos os vereadores nos ajudaram, um deu R\$ 50 mil, outro deu R\$ 100 mil, e foram dando. Está lá o dinheiro. O que foi feito: No dia em que eu cheguei lá, a Dra. Vânia, quando eu pedi a planilhazinha, ela disse: “Nós tivemos que utilizar na enchente.” Como utilizar na enchente? Uma pena que não tem ninguém do Lami aqui, pois eu convidei o pessoal do Lami. O posto do Lami é péssimo, a quantidade de gente que nós temos que atender, de Itapuã... O pessoal que vem de Itapuã nós atendemos lá. Aquela unidade é péssima – é péssima! Então nós queremos saber, o Ministério Público está aqui, quando nós vamos clarear nossas vistas. Não ficando de um ano para outro, de um ano para outro; desde 2020 a gente está nessa luta ferrenha que ia sair e não saiu. Nós estamos preocupados, sim. Só aumenta a nossa população e a situação da nossa saúde está ficando péssima, péssima nas nossas unidades de saúde, não pelo atendimento, é pelo que nós temos para oferecer para a comunidade. Era isso que a gente queria saber, e não que se diga assim: a covid...

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Para concluir, por favor.

SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA: Vocês não falaram nenhum minutinho da questão do Beco do Adelar; não do posto, da clínica que vai ser feita, do centro de especialidades que estava por sair também. Eu queria que tu falasses sobre isso para nós; não para a Restinga, para o nosso caminho, que nós queremos que seja um caminho que beneficie Lami, Ponta Grossa, Belém Novo, Chapéu do Sol e a própria Restinga. Obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada. A Sra. Rosa Helena, do conselho municipal do Partenon, está com a palavra. Peço que fale por um ou dois minutos por causa do tempo de TV e nós temos que ainda responder os questionamentos.

SRA. ROSA HELENA C. MENDES: Bom dia a todos, bom dia à Mesa, eu gostaria de iniciar agradecendo ao Ver. Oliboni por este espaço, de nós estarmos aqui falando sobre esses problemas que não vêm de hoje. Nós iniciamos há três gestões, e nada é cumprido, nada é feito. É muito triste isso aí. Eu não tenho muito o que falar, porque os meus antecessores falaram tudo. Então, o que eu posso dizer? Gente, governo vai, governo vem, nada é construído, nada é cumprido. Na própria Mesa aqui foi falado, a Ver.^a Cláudia falou, que faz muito tempo que está nesta comissão da saúde, e nós temos uma base forte do governo, atuando dentro do governo, e a gente não vê essas coisas saírem. As promessas dentro da comunidade eram das construções dessas unidades, construções de clínicas, construções e construções, e a gente não está vendo, e a gente está indo para uma terceira gestão de novo. Eu falo gestão, desculpa falar, mas eu sou obrigada a falar, eu sou povo: gestão Marchezan, Melo, Melo, é tudo a mesma coisa, são todos unidos. E aí nós temos uma base aqui, forte, que poderia estar fazendo isso, e não precisaríamos estar aqui debatendo, não precisaríamos estar aqui fazendo essa cobrança, porque se fosse um governo de cumprimento, ele estaria fazendo. Dois anos de obras, muitas coisas já poderiam ter sido feitas, e nada até agora. Eu não espero muito para o futuro, mas graças a Deus nós temos um conselho municipal que tem apontado muitas irregularidades, e uma delas a gente sabe que apontou, e a Polícia Federal fez o papel dela bem feitinho, graças a Deus, e a gente vai continuar fazendo, não é Waldir? A gente vai continuar, enquanto conselho municipal, fazendo, batendo nessa tecla e buscando, sim, as irregularidades, buscando as formas de fazer com que sejam cumpridos esses papéis. É muito triste a gente estar entrando dentro de uma casa, que é do povo, sendo chamada como plenária. Plenária, gente! Nós viramos apenas espectadores aqui dentro, e de um minuto a dois só

é para falar, quando a gente tinha o direito de falar até três minutos. É muito triste. A nossa voz só é ouvida quando nós precisamos dar o voto, por isso a grande abstenção, e esse governo ganhou. A gente sabe que ele não ganhou porque é bonzinho, mas ganhou pela abstenção, de tanta irregularidade, de tantas coisas que não são feitas e não são cumpridas, e muitas promessas e não são feitas. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Maria Helena, do Jardim Leopoldina, está com a palavra. Por favor, peço que fale por um ou dois minutos, considerando o tempo da TV, que depois se encerra.

SRA. MARIA HELENA GOMES: Vou até sentar, porque a luta é grande, assim como todos estão sentados. Bom dia a todos que estão aqui, agradeço também ao Oliboni. Eu faço parte do conselho local do Jardim Leopoldina, moro há 45 anos no Jardim Leopoldina e sempre lutei pela comunidade na saúde. Eu espero que seja verdade agora que esteja saindo realmente a licitação. Porque, assim como usuária e como trabalhadora, sou agente de saúde no Hospital Conceição, e a gente lotava ônibus para ir em tudo quanto é lugar para lutar, como a gente luta até hoje. Então eu participei de várias plenárias aqui, a melhor notícia que eu ouvi agora foi a licitação. Eu gostaria de ver esse prazo, qual vai ser, e gostaria de saber também de onde realmente vai sair esse dinheiro, porque a gente só ouve, só ouve, mas tem alguma coisa que a gente não está entendendo ainda. A gente está nessa situação, desde 2016, e não foi cumprida ainda uma ordem de um contrato, que existe desde 2016, que a Prefeitura tem essa dívida com o Grupo Hospitalar Conceição. Contrato é contrato, tem que cumprir. Se eu não pagar minhas contas, eu vou para o SPC também, então tem que cumprir com as suas contas. É isso que eu acho que tem que ser, e deve ser, pela obrigação de todos nós e de todos que estão presentes aqui à Mesa. Obrigada, gente.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. O Sr. Nesioli dos Santos, do conselho da Lomba do Pinheiro, está com a palavra.

SR. NESIOLI DOS SANTOS: Bom dia, Ver. Oliboni; cumprimentando o senhor, cumprimento toda a Mesa, os demais companheiros aqui presentes e todos aqueles que estão nos ouvindo neste momento. Eu vim aqui falar simplesmente pelo pronto atendimento da Lomba do Pinheiro, que é onde a SPDM assinou um contrato com a Prefeitura de Porto Alegre que dizia que nesse contrato poderia iniciar a obra do pronto atendimento rapidamente; mas só foi iniciada essa obra já no fim do contrato, e, agora, por razões que já foram colocadas aqui, a obra parou. Infelizmente, as pessoas ficam anos e anos esperando por uma obra; e, depois, ela para, atrasando mais a vida de todos nós, moradores da Lomba do Pinheiro, e não só da Lomba do Pinheiro, mas de Porto Alegre toda, porque a Lomba do Pinheiro pertence à Porto Alegre. Os projetos que já foram colocados, e nós brigamos por muitos anos, temos muitos projetos para sair ainda; agradecemos esses projetos que já estão prontos para serem licitados, principalmente da Esmeralda, que já está sendo licitado, porque as pessoas estão há anos e anos brigando por esse projeto, por essas obras, que são para beneficiar a população, não a mim, mas a toda a população da Lomba do Pinheiro. Era isso, muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Eu vou passar a palavra ao Ver. Oliboni, porque nós temos tempo de encerramento de reunião – por nós, nós ficávamos aqui –, para fazer os encaminhamentos finais.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu vou pular a fila aqui, porque depois o Ver. Oliboni faz os encaminhamentos. A fala da Dra. Márcia me representa 100%. Quando a senhora fala com relação à SPDM, principalmente, foi feito um acordo, um contrato que não foi cumprido, é simples assim. E, quando a representante da SPDM diz que o carro estava andando, ele já estava andando quando eles assumiram; o carro já estava na estrada, já existia, e tinha

um acordo. Então isso, para mim, não justifica nada; eu acho que não cumpriram o que foi acordado, não tem represália, não tem nenhum tipo de sinalização, de penalização, e tudo continua como está. E quem paga essa conta, e paga caro por isso, é o usuário. Então “ah, a gente está se esforçando”, “a gente está fazendo”, “a gente está atendendo 6 mil”, está bem, mas isso está no contrato. O atendimento era para acontecer dessa forma, não está fazendo um favor para o Município, está cumprindo a sua obrigação. Então peço desculpa à representante, mas eu acho que vocês estão fazendo o papel de vocês e estão deixando de cumprir aquilo que foi acordado. Então eu acho que nós temos que ser mais firmes nas nossas posições e no cumprimento do que foi acordado. O Ver. Oliboni – a gente conversou aqui – tem uns encaminhamentos que eu acho que são importantes para a gente ter retorno e respostas, para que a gente possa cobrar. Eu sou base do governo, acho que é muito importante a gente trabalhar, sim, para buscar alternativas; tem coisas que não dependem, infelizmente, dos vereadores, e a gente não tem autonomia para muita coisa, mas tudo o que for possível e estiver ao nosso alcance, a gente vai fazer, tanto que a gente faz isso na Comissão de Saúde desde sempre. Obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, pedir desculpa a vocês, porque a gente está ouvindo um som do plenarinho da Câmara, que realmente pode estar nos atrapalhando. Pessoal, são três encaminhamentos precisos aqui, e nós queremos a solução dos três casos. Muitos, é óbvio, vamos continuar debatendo em 2025, porque me parece que há uma naturalidade aqui neste debate. Olhem só, o primeiro é com relação às dez unidades de saúde – eu estou falando em dez unidades porque, depois, as outras duas são de outro encaminhamento, que é do GHC. Nós precisamos de um relatório preciso, com a confirmação de que o projeto de lei venha para a Câmara autorizando o governo a fazer esse empréstimo do BID. Queira ou não, depois de solucionada a relação de governo com o BID, tem o projeto que vem para cá.

Nós aprovamos, um mês antes da eleição, quatro projetos de R\$ 100 milhões para a questão de suportar ou realizar a manutenção das comportas e uma série

de questões, em função dos atingidos pela enchente. Por que esse projeto do BID ainda não veio? Há uma certa segurança e facilidade de tramitação aqui na Câmara, porque ele resolve um problema social, enorme, que é a execução, a construção de dez unidades. As emendas impositivas, conforme o Waldir aqui falou, a Maria também, elas geralmente são destinadas para equipamentos; para a construção, voltam todas, porque o volume do recurso não é muito significativo. Então é chover no molhado. Não vão imaginar que emenda impositiva de vereador vai construir um posto de saúde, porque não vai construir. Claro que poderia ser uma emenda de bancada federal, por exemplo, ou de deputado federal, que tem mais de R\$ 40 milhões em emendas, bem diferente dos vereadores que têm R\$ 1,2 milhão em emendas impositivas, sendo que 50% são para a saúde e 50% para outras entidades sociais. Portanto, são pequenos valores, essa é a dura realidade.

Então, o primeiro encaminhamento, que em trinta dias a Secretaria Municipal de Saúde – obviamente que estamos aí chegando no final do ano -, se não der, ao menos no início da nova legislatura, que é lá em início de fevereiro, nos dê segurança de que para essas unidades serão feitas as licitações e terão recursos garantidos através de orçamento, parcerização ou do financiamento do BIRD. Vocês têm que nos dar segurança. Acho que trouxeram aqui, realmente, um mapa de todas unidades, mas há uma certa frustração da comunidade e nossa, porque não tem data de início. Ah, tem início da licitação... Ah tem, não tem... Há uma enorme dificuldade, e muitas delas já estão com terreno disponível.

Segundo encaminhamento, Unidades de Saúde Coinma e Leopoldina, uma reunião, nobre Marcelo, eu queria uma reunião terça-feira, à tarde – próxima terça-feira -, porque quarta-feira que vem nós já vamos começar a votar o Orçamento, nós precisamos duma mensagem retificativa do governo, porque agora nem mais emendas pode. O secretário Rodrigo Fantinel nos tinha dado a segurança de que esse dinheiro estava garantido. Nós nos propusemos, juntamente com o Ministério Público, OAB, enfim, quem quiser ir junto, na terça-feira, à tarde, porque terça de manhã temos reunião, novamente. Os vereadores que puderem ir, já conversei com a Ver.^a Lourdes, a Ver.^a Cláudia, vamos

convidar a todos para nós, de fato, trazer a confirmação de que esse recurso está confirmado. Porque, da forma que for trazida a informação, de que se abriu a licitação, ela dá a garantia da licitação, mas não da construção. Nós precisamos a garantia da construção. A construção dá mais de R\$ 20 milhões, porque é mais de R\$ 10 milhões, cada uma, em torno de R\$ 12 milhões, cada unidade, conforme o projeto apresentado pelo GHC; já tem orçamento para isso, temos que resolver em oito dias. Portanto, uma reunião urgente. Eu me proponho aqui, a gente conversou, que na terça-feira, de tarde, e eu gostaria que, Marcelo, vamos ir lá, se tu não conseguir; nós precisamos disso, o Ministério Público estará junto, com certeza, a Dra. Márcia.

O terceiro encaminhamento é sobre os prontos atendimentos Bom Jesus e Lomba do Pinheiro que há uma morosidade, um descompasso do governo com relação ao recurso repassado, que teria, enfim, nos últimos tempos cancelado o pagamento, me parece que agora está sendo efetivado. A representante aqui da SPDM, a empresa paulista... Eu vou ler aqui quem é a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é a empresa que acabou pegando a gestão, numa ideia de privatização ou terceirização, dos dois prontos atendimentos da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Então, nós queremos mais transparência disso. Tempo de execução, serão transformadas em UPAs, quando será, como está o atendimento, se o contrato foi renovado e em que situação foi renovado, foi definido o prazo e tal. Também nessa situação de trinta dias porque, em fevereiro, no retorno do recesso, nós vamos voltar a pautar esse assunto, e nós queremos retorno seguro de que isso vai acontecer. Pois não, Waldir Bohn Gass, pode falar.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: A questão da obra para o pronto atendimento e a questão de transformar em UPA, são assuntos diferentes, não são?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sim.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Uma coisa é a obra, a reforma tem que acontecer, outra coisa é a discussão que já está acontecendo lá, conosco e com o Conselho, para transformar, eventualmente em UPA, depois do pronto atendimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): O que o Waldir está dizendo, é o seguinte: o contrato prevê que a SPDM, nesse período, amplie o atendimento e possa executar uma obra para ela ser reconhecida pelo Ministério da Saúde como UPA, porte três. Isso significa aumento de recurso por parte do repasse do governo federal ao Município, para poder dar a estrutura necessária e ser de fato uma UPA. Hoje os prontos atendimentos, esses da Bom Jesus e Lomba do Pinheiro não são reconhecidos como UPA, embora todo mundo diga que é UPA – é um pronto atendimento. Então, nesse sentido, quero agradecer aqui, Presidente, Ver.^a Lourdes.

SRA. MARIA ELIANE SILVA: Com licença, eu gostaria de solicitar o reencaminhamento de uma quarta solicitação do Extremo-Sul, a formalização da compra do terreno do Lami, porque sem se efetivar essa compra, não há como prosseguir na questão da obra que seria prevista com o recurso da enchente, nós travamos. Então, nós precisamos que isso aconteça.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então neste relatório que eu estou solicitando da Secretaria Municipal de Saúde, seja pautado unidade por unidade, respondendo a todas as indagações aqui feitas, no sentido de poder dar segurança do planejamento feito pelo próprio governo, seja do financiamento do BIRD, que não terá problema quanto à Câmara, mas que o governo mostre uma total atenção e vontade política de executar. Portanto, agradeço aqui, Presidente e vereadores, todos os convidados e sempre...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Estamos finalizando, as respostas também podem vir por e-mail, para a Comissão e nós disponibilizarmos, porque foram vários quesitos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pessoal, nós confirmamos que esse assunto continuará em debate, mas urgência das urgências, reunião com o Secretário da Fazenda, terça-feira, para tentar resolver de uma vez por todas a questão do GHC, e os demais continuaremos, a Casa do povo aqui está aberta para todo mundo. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada a todos, está encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h.)

TEXTOS SEM REVISÃO